

REVISTA REDAÇÃO	22
PROFESSOR: Lucas Rocha	
DISCIPLINA: Redação	DATA: 30/06/2013

O poder se mexe (PAULO MOREIRA, IZABELLE TORRES, JOSIE JERONIMO e LAURA DAUDÉN)

Num processo iniciado pela presidenta Dilma, Executivo, Legislativo e Judiciário respondem às manifestações, mas ainda há muito o que fazer



DEPOIS de atravessar o País inteiro em passeatas memoráveis, confrontos duros com a polícia e embalar cenas lamentáveis de baderna, o terremoto político iniciado com o Movimento Passe Livre de São Paulo obrigou o poder de Brasília a se mover. Entre medidas de subsídio e investimentos diretos no transporte público, gastos definidos para saúde e educação e outras rubricas do Estado brasileiro, encaminharam-se demandas estimadas R\$ 115 bilhões anuais, grandeza que só costuma ocorrer após grandes catástrofes e situações de guerra.

UMA VITÓRIA DAS RUAS - Sob pressão dos manifestantes que lotavam as galerias da Câmara, parlamentares derrubam a PEC 37, mantendo o poder de o Ministério Público investigar

Enquanto deputados, senadores e governadores mantinham absoluto silêncio, em meio às pressões das ruas, a presidenta deu às caras, foi à televisão, e concorde-se ou não com as medidas adotadas ao longo da semana para dar resposta efetivas às manifestações, ela chamou a responsabilidade para si. Tomou atitudes de quem compreende a gravidade da situação e seu lugar dentro dela. Cancelou uma viagem de sete dias ao Japão e, criticada por conversar pouco e mandar muito, passou a semana em diálogos variados. Recebeu prefeitos e governadores na segunda-feira 24, mas também conversou com a garotada que começou as mobilizações em São Paulo. Ainda reuniu-se com Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, encontrou-se com sindicalistas e a oposição e, na sexta-feira 28, estava em audiência com lideranças do movimento gay. Do mesmo modo que o aumento da tarifa de transporte público foi a faísca que deflagrou os protestos no País, Dilma foi quem detonou a reação dos Três Poderes, até então desorientados e atônitos. Só, a partir daí, que Executivo, Legislativo e Judiciário passaram a se mexer. No capítulo das medidas de moralização do Estado, o Senado aprovou uma lei que define a corrupção como crime hediondo, reservando, para autoridades condenadas, penas que agravam sua condenação em um terço. Numa virada impressionante de humores na Câmara de Deputados, os

parlamentares derrotaram a PEC 37 – que garantia exclusividade para a polícia realizar investigações criminais, diminuindo o papel do Ministério Público – por 430 votos a 9. Quinze dias antes, a aprovação da PEC 37 era vista como favas contadas pelos estudiosos do Congresso. Numa decisão que facilitará a punição de parlamentares condenados por corrupção, suspendeu-se o voto secreto na cassação de mandatos. O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, mostrou estar em sintonia com o clamor popular ao pedir a prisão do deputado federal Natan Donadon (PMDB-RO), que já estava entrando no último ano de mandato. Acusado de peculato, o parlamentar estava condenado desde 2010. Depois de passar mais de 24h desaparecido, Donadon se entregou à polícia na sexta-feira 28 em Brasília.

Reforma política

A prisão de Donadon foi considerada um marco, além de mais uma vitória dos movimentos das ruas, já que desde a redemocratização nenhum parlamentar havia sido preso. Mas o que dominou os debates ao longo da semana foi a proposta de reformulação do sistema político-eleitoral brasileiro. Na segunda-feira 24, numa nova aparição pela TV em 72 horas, Dilma anunciou medidas para encaminhar uma reforma política, talvez a mais antiga quimera da democracia brasileira desde o fim do regime militar. Reelaborada várias vezes ao longo da semana, a proposta do governo consiste em duas etapas. Submeter um rascunho de possíveis mudanças em nosso sistema político a um plebiscito, cuja data esperada pelo Planalto é 18 de agosto, terceiro domingo daquele mês. Com este rascunho em mãos, o Congresso seria encarregado de formular uma nova lei eleitoral, com regras novas para financiamento de campanha, para eleições parlamentares – voto proporcional, como hoje, ou voto distrital – e outras medidas. Trabalhando em prazos acelerados, o governo espera que os trabalhos estejam concluídos a tempo das novas regras já se encontrarem em vigor no ano eleitoral de 2014, quando os eleitores irão às urnas durante a sucessão de Dilma Rousseff.



SAINDO DA INÉRCIA - Dilma Rousseff reúne prefeitos e governadores no Palácio do Planalto na segunda-feira 24. Começava ali a reação dos Três Poderes

Considerando o tamanho monstruoso da crise que envolveu Brasília na semana passada, forçando o Congresso a tomar medidas insólitas – o Senado chegou a votar a lei que estabelece corrupção como crime hediondo durante o jogo Brasil x Uruguai pela Copa das Confederações -- pode-se dizer que a reação do governo foi apropriada. Diante de tremores de alcance imprevisível sobre o regime democrático, o Planalto foi buscar a saída na soberania popular e no voto dos brasileiros. Nem todos os encaminhamentos foram bem sucedidos, mas a presidenta teve capacidade para corrigir a rota quando achou necessário.

Trilhando caminhos jurídicos que foram experimentados, em seu devido tempo, pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que também cogitaram reformar o sistema político por uma estratégia parecida, a presidenta entrou nos debates com a proposta de realizar um plebiscito para convocar uma Constituinte destinada, exclusivamente, a aprovar reformas definidas por parlamentares eleitos especialmente para este fim. O problema desta ideia não era o que fazer, somente. Mas como.

Adversário conhecido da tese de Constituinte exclusiva, o vice-presidente Michel Temer não foi consultado. Outros integrantes da cúpula do governo, inclusive os ministros que em tese seriam os mais próximos da presidenta, só receberam a notícia quando parecia um fato consumado. Dentro e fora do Planalto, criou-se um ambiente que podia ser de aplauso ou de crítica, mas sempre exibia algum grau de perplexidade. Vinte e quatro horas depois, durante um encontro com entidades que haviam preparado um projeto de lei eleitoral, a Constituinte foi abandonada.



Na manhã de terça-feira, num encontro que reuniu onze pessoas no Planalto, entre elas Marcus Vinícius Furtado Coelho, presidente do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, e o juiz Marlon Reis, principal liderança do movimento Ficha Limpa, a presidenta declarou-se animada com um dos itens do projeto apresentado pelos dois – que prevê eleição em dois turnos para escolha de deputados, numa primeira rodada por listas partidárias e, numa segunda, por voto nominal. Com isso, o eleitor é atendido em seu costume de votar em indivíduos, tradição bem brasileira e, ao mesmo tempo, os partidos políticos são fortalecidos. “Vocês

colocaram o ovo em pé,” elogiou a presidenta. Discutindo como se poderia avançar em direção das mudanças pretendidas, os visitantes demonstraram que seria possível aprovar tudo sem passar por uma Constituinte – nem mesmo por uma PEC, ou proposta de emenda constitucional. Tudo poderia passar por lei comum, disseram. Voltando-se para Michel Temer e José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, a presidenta consultou os dois pelos olhos. Não se falou mais em Constituinte.

Na quinta-feira 27, a bancada do governo no Senado estava tão animada com a ideia que já discutia até a formação de grupos temáticos, mas o ambiente de Brasília não justificava otimismo quanto a ritmos e prazos. As relações entre o governo e o PT continuam delicadas, enquanto o convívio entre o Planalto e o PMDB atingiu a fronteira entre civilização e barbárie. Se quiser levar a proposta de plebiscito em frente, o governo irá precisar do apoio do PMDB, mais do que nunca. Embora ninguém possa prever como o Congresso vai se comportar depois do terremoto de protestos, o PSDB, o DEM e o PPS já se colocaram como adversários do plebiscito. Eles querem debater a reforma política dentro do Congresso, entre senadores e parlamentares, e só então submeter o resultado final à aprovação popular. Num debate a portas fechadas pelo Congresso, será mais difícil aprovar proposições que agradam ao governo e ao PT, como o financiamento público de campanha. As medidas de caráter administrativo o governo Dilma pode resolver em conjunto com os ministros. As mudanças ocorridas em outras áreas são naturalmente mais fáceis de realizar. Foi ali que ocorreram os maiores avanços ao longo da semana.

Educação

Em ruas de todo o Brasil se ouviu o grito “Da Copa eu abro mão. Eu quero mais dinheiro para saúde educação”. O pedido foi atendido. Primeiro pela presidenta Dilma Rousseff, que, em pronunciamento na sexta-feira 21, pediu que o Congresso votasse a proposta destinava 100% dos royalties da exploração do petróleo para a educação. Depois pela própria Câmara dos Deputados, que seguiu as orientações do governo e aprovou a medida, ainda que com alterações: 75% dos recursos irão para as escolas e 25% serão destinados à saúde. Além disso, os deputados também decidiram reservar à educação 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal. O projeto segue agora para o Senado, onde será votado em regime de urgência.



PRESSÃO E REAÇÃO
O PMDB (acima), que comanda
as duas casas legislativas,
votou a toque de caixa
projetos reivindicados pela
população, enquanto o STF
mandou prender parlamentar



É certo, como lembra Priscila Cruz, da ONG Todos pela Educação (TPE), que a vinda de mais recursos não resolve, sozinha, o problema dos estudantes brasileiros. A grande questão consiste em definir prioridades corretas. “O Brasil é um país que contém diversos países. Temos a Suíça, mas também a África do Sul.” Ela aponta, como um dos grandes desafios, a melhoria do Ensino Médio. “Dobramos o investimento por aluno nessa fase do ciclo escolar, mas não conseguimos reverter a estagnação dos resultados em Matemática, por exemplo, ao contrário dos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde conseguimos grandes avanços nos últimos anos”, diz.

Estima-se que apenas 5,2% dos alunos da rede pública terminam o terceiro ano do Ensino Médio com os conhecimentos adequados na disciplina. Situação similar se verifica no 9º ano do Ensino Fundamental: apenas 22% dos alunos da rede pública demonstraram possuir conhecimentos adequados em Português. Segundo o relatório divulgado na terça-feira 25 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os investimentos em educação no Brasil passaram de 3,5% do PIB em 200º para 5,6% em 2010 – a média dos países membros da organização é de 6,3% do PIB. Ainda assim, o gasto com cada aluno do Ensino Médio foi de US\$ 2,5 mil, o que equivale a 28,5% do gasto que os países desenvolvidos têm com seus estudantes na mesma série.

Saúde

Sem um sistema de saúde coerente para atender toda população, o País ameaça reunir deficiências dos dois mundos, o da saúde privada e o da saúde pública. Com um pouco mais de dinheiro no bolso, e a convicção de que jamais serão bem atendidos na rede pública, um número cada vez maior de famílias tomou-se cliente de planos privados de saúde capazes de atrair as pessoas pelo baixo preço – e que pelo mesmo motivo não consegue oferecer o atendimento prometido. Num quadro que não será resolvido do dia para a noite, a saúde recebeu duas boas notícias, nos últimos dias. Ao garantir 25% dos royalties do petróleo a saúde, a Câmara destinou-lhe R\$ 70 bilhões nos próximos dez anos.

Num esforço para produzir efeitos rápidos, o governo está convencido de que a saúde da população mais pobre, que reside longe dos centros urbanos, pode melhorar, e muito, se tiver um médico por perto. Para tanto, o Planalto decidiu comprar uma briga para trazer médicos estrangeiros, mas mudou de tática. Irá, primeiro, levantar todos os empregos disponíveis, onde ficam e o salário oferecido. Numa primeira etapa, as vagas serão oferecidas aos médicos brasileiros. Os postos restantes serão ocupados por estrangeiros interessados em mudar-se para o País.

Transporte Público

Se tarifas fossem o único problema do transporte público, o problema estaria bem encaminhado. Nos últimos dias, doze capitais reduziram o preço do transporte e um número incalculável de municípios menores fez o mesmo. A realidade é que faltam investimentos de fôlego, para criar um sistema eficiente, com um mínimo de conforto para atrair cidadãos que, na primeira oportunidade, preferem sentar-se no volante de seu automóvel. Para Maurício Broinizi, coordenador executivo da Rede Nossa São Paulo, vivemos, nesse âmbito, uma situação limite. “Nada contra o direito de ter um carro, mas o problema é o uso intensivo sem que haja uma alternativa.”

Quem esperava que a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas em 2016 poderia reverter esse quadro também se frustrou. Conforme o TCU, até agora houve desembolso de apenas 27% dos valores já contratados, que somam R\$ 4,8 bilhões. A previsão de investimentos nessa área é de 11,8 bilhões. “Em um determinado momento as autoridades desistiram de fazer os investimentos em mobilidade e só se preocuparam em fazer estádios”, afirma o engenheiro Jaime Waisman, professor da Escola Politécnica da USP. “O que seria o legado desses eventos simplesmente não vai acontecer.”

Diante da insatisfação, a presidenta Dilma Rousseff anunciou a criação de um Conselho Nacional de Transporte Público e instou as cidades a fazerem o mesmo – algumas, como São Paulo e Florianópolis já possuem esse órgão. A proposta veio acompanhada de uma promessa: Dilma prometeu disponibilizar R\$ 50 bilhões para obras de mobilidade. O esforço do Executivo foi acompanhado pelo Legislativo. A Câmara aprovou na quarta-feira 26 a redução para zero do PIS/Pasep e do COFINS, impostos que incidem sobre o transporte coletivo e podem ajudar na redução das tarifas. A proposta segue para o Senado.

Já nas cidades, a preção por mais transparência surtiu efeito imediato. Em São Paulo, o prefeito Fernando Haddad suspendeu a licitação que renovaria por mais 15 anos os contratos das empresas de transporte público da capital. O valor da licitação é de R\$ 46 bilhões. Quase ao mesmo tempo, a Câmara de Vereadores aprovou a instalação de uma CPI para investigar o setor – o mesmo aconteceu na cidade do Rio de Janeiro – o que pode ajudar a mapear o encontro entre verbas de campanhas e interesses políticos.

Corrupção

Além da prisão de Natan Donadon, Legislativo e Judiciário tiraram da gaveta medidas que dormitavam há anos. Proposição que transforma a corrupção em crime hediondo também foi aprovada pelo Senado. A Câmara votou o fim do voto secreto para cassação de mantados.

AS VITÓRIAS QUE VIERAM DAS RUAS...



Transporte

> Os senadores apresentaram uma proposta de passe livre estudantil e aprovaram urgência para a tramitação do projeto que exige ficha-limpa para servidores comissionados

> O governo articulou com os Estados a redução das tarifas do transporte público

> A presidenta Dilma Rousseff anunciou um pacto nacional por responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação



Corrupção

> O Senado aprovou a proposta que torna corrupção um crime hediondo

> Os ministros do STF votaram os embargos apresentados pelo deputado Natan Donadon (PMDB-RO) e decidiram pedir sua prisão imediata, sob a alegação de que os recursos eram protelatórios



Voto Aberto

> Na CCJ da Câmara foi aprovada proposta que torna obrigatório o voto aberto em casos de cassação



1

2

3

4

5

6

7

8



Saúde

> Para resolver as questões da saúde pública, médicos estrangeiros serão trazidos para atender áreas isoladas do País



PEC 37

> Os deputados também rejeitaram a PEC 37/11, que atribuía exclusivamente às polícias Federal e Civil a competência para realizar investigação criminal



Plebiscito para reforma política

> Dilma anunciou que na próxima semana vai apresentar ao Congresso a proposta de plebiscito com as questões que devem ser respondidas pelos eleitores sobre reforma política



Mensalão

> O presidente do STF, Joaquim Barbosa, anunciou que tentará colocar os recursos apresentados pelos mensaleiros em votação até agosto



Royalties do petróleo

> Na Câmara, foi aprovado um projeto que destina recursos de royalties do petróleo para educação e saúde, além de uma proposta que reduz a zero as alíquotas do PIS/PASEP e Cofins incidentes sobre os serviços de transporte público coletivo

... O QUE VEM POR AÍ

1 Financiamento imediato para a saúde

A saúde ganhou a promessa de dias melhores com a aprovação de 25% dos royalties do petróleo para o setor. Mesmo assim, desde o fim da CPMF, a saúde está no vermelho e o sistema é uma bomba-relógio orçamentária prestes a explodir

2 Mobilidade urbana

Apesar de a presidenta ter anunciado aporte de R\$ 50 bilhões no sistema de transportes, o País ainda não conseguiu emplacar uma política nacional de mobilidade urbana. Todos os grandes projetos apresentados foram pensados para dar suporte às competições esportivas internacionais

3 Creches e incremento do ensino fundamental

Promessa de campanha de Dilma em 2010, o plano de construção de creches não saiu do papel. Os índices educacionais do país também continuam em patamares reprováveis

4 Reforma tributária

Assim como a reforma política, a reforma tributária estacionou na prateleira dos grandes temas que necessitam de vontade política para andar. O PT tenta aproveitar a discussão da reforma política para debater, pelo menos, lei para taxar grandes fortunas

5 Transparência

Comemorada pela presidenta Dilma como uma das grandes conquistas de seu governo, a Lei de Acesso à Informação ainda carece de aprimoramentos. As estatais têm orçamento de mais de R\$ 100 bilhões e continuam protegidas por sigilo, assim como os recursos movimentados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

PAULO MOREIRA, IZABELLE TORRES, JOSIE JERONIMO e LAURA DAUDÉN são Jornalistas e escrevem para esta publicação. **Revista ISTO É, Junho de 2013.** Fotos: Adriano Machado; ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO CONTEÚDO; Sérgio Lima/Folhapress.

A pós-Lolita (LUIZ FELIPE PONDÉ)

A SENSUALIDADE pode ser mortal. Em tempos de vida higiênica como o tempo em que vivemos, talvez, em algum momento, a sensualidade venha a ser mesmo posta fora da lei. Sim, a sensualidade pode ser mortal, basta ler "Lolita", de Vladimir Nabokov. Hoje, o livro seria proibido, mas, claro, em nome das boas intenções. Agora acreditamos que inventamos uma nova forma de censura (antes a censura tinha uma motivação diferente, creem os semiletrados): "A censura em nome do bem".

O novo filme do diretor coreano Park Chan-wook, com Mia Wasikowska (no papel de Índia, uma Lolita que completa 18 anos) e Nicole Kidman (sua atormentada mãe), é uma pérola de estetização do lado sombrio do ser humano. Mas, não se trata de uma estética suja (até o sangue é de um vermelho encantador), por isso a sofisticação nele nos lembra que mesmo que não sejamos seres "do bem", ainda somos seres belos. Na filosofia, abordagens como essa são chamadas de "estetização da moral": a estética seria mais essencial do que a ética. Nietzsche é comumente acusado desta forma sofisticada de pecado.

Acima eu falava da beleza do vermelho sangue no filme. Aliás, o sangue na narrativa acompanha a iniciação de nossa heroína e poderia muito bem ser o sangue de sua primeira menstruação escorrendo pelas pernas ou da perda de sua virgindade manchando o lençol. Em alguns momentos, lembramos dos bons momentos de David Lynch na sua série cult de

TV dos anos 80, "Twin Peaks". A saia xadrez da colegial mortal de "Twin Peaks" é trocada pelo vestido "de menina" da estranha Índia, a filha pós-Lolita de Kidman no filme de Park Chan-wook.

Às vezes, esquecemos que a sensualidade feminina pode simplesmente brotar do chão, como uma força esmagadora da natureza. "Segredos de Sangue" discute o eterno dilema do que em nós é herdado e do que em nós é "cultivado", ou, dito de outra forma, do que em nós seria passível de ser transformado ou criado pela educação ou pelo meio a nossa volta. Em inglês, o dilema "nature x nurture". No filme, os "segredos" do sangue de Índia (que não vou contar, pode ficar tranquilo) são o que nela seria herdado. E assim, uma forma de destino do qual ela não escapará. Sou daquele tipo de pessoa que acredita que temperamento é destino. Vejo isso todo dia em sala de aula. Mas, para muitos dos meus colegas, dizer isso seria ir contra "nosso mercado", a educação, infelizmente umas das áreas mais devastadas por bobagens pseudocientíficas e pseudofilosóficas no início deste século 21.

O filme se abre com a morte inesperada do pai de Índia, "seu grande amor". Ela detesta a mãe. Não gosta de ser tocada e aprendeu com o pai as delícias da caça. No momento do enterro do pai (morto num estranho acidente de carro), surge seu desconhecido tio Charlie, irmão mais novo de seu pai. O filme narra as aventuras de Índia descobrindo sua sexualidade e muito mais. Mas sua sexualidade, "herdada" de alguma forma pelo tronco paterno, é a "sexualidade de Freud", não a sexualidade que hoje escorre pelas paredes do mundo, essa cadeia em céu aberto (Kafka ficaria espantado como as coisas pioraram de sua época para cá...). A sexualidade em voga hoje é uma sexualidade que pode ser posta a serviço da "boa política". A "biopolítica da libertação" nos deixará todos brochas.

O que é a "sexualidade de Freud"? Sim, devemos cuidar para não esquecermos o Freud enterrado em conceitos pseudofreudianos como "pulsão política". O homem freudiano é uma pedra no sapato dos reformadores contemporâneos, e, nesse sentido, Freud terá que ser "esquecido" mesmo por aqueles que se dizem freudianos, mas que não suportam o que Freud nos ensinou: que a sexualidade é um abismo. Em uns, mais do que nos outros.

Como dizia o psicanalista francês Michel de Certeau, falando de mística, "um lugar para se perder". O "homem freudiano" só civiliza às custas de muita dor. E não há do outro lado uma civilização curada de sua raiz sombria, como querem os freudianos das luzes. Claro, nem todos somos Índias ou defloramos Índias. Mas ela continua bela.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

Cabo de guerra (ROSELY SAYÃO)

UMA LEITORA, mãe de dois filhos que têm seis e oito anos, diz que vive em conflito com os garotos. Ela quer que eles tomem banho, eles querem jogar videogame; ela quer que eles almozem, eles pedem petiscos; ela quer que eles se arrumem rapidamente para a escola, e eles demoram muito. "Parece que é de propósito", diz essa mãe.

Bem ou mal, dependendo do dia, ela consegue dar conta da árdua tarefa de educar os filhos. O problema é que ela está começando a achar que a situação vai piorar. Como algumas de suas amigas têm filhos adolescentes e elas trocam experiências sobre o assunto, está assustada com o que a espera nos próximos anos. Em resumo, pergunta se os conflitos dos filhos com os pais no período da adolescência precisam ser tão pesados como ela tem visto.

Seria tão bom educar sem conflitos, não é verdade? Às vezes, tenho a impressão de que esse seria o maior desejo dos pais - e de professores também. Que tal mandar o filho tomar banho e ele ir na hora, lembrá-lo da lição e ele imediatamente se encaminhar para dar conta de sua responsabilidade, dizer que é hora de dormir e ele responder que já estava mesmo sentindo muito sono?

Nunca será assim o relacionamento de pais com filhos, por um motivo simples: o que as crianças querem em geral não coincide com o que os pais mandam. Pronto: é assim que nasce um conflito. E esses conflitos são naturais no processo educativo porque as crianças miram apenas no que querem e os pais no que elas precisam. Esse tipo de conflito continua na adolescência, só que com novas aparências. Agora, eles querem ir para as baladas da moda, fazer viagens sem os pais, tomar bebidas alcoólicas etc.

A questão é que os jovens têm, nesse período da vida, novos argumentos e já aprenderam muitas estratégias para pressionar os pais, que se sentem acuados frente a tantas demandas dos filhos. E tem mais: os pais podem pegar uma criança pela mão e levá-la ao banho, por exemplo, mesmo contra a vontade. Com o filho adolescente, já não dá para fazer isso. Converso muito com pais e noto que boa parte deles perde o foco na relação com os filhos porque quer que eles aceitem o que é dito. Isso pode acontecer de vez em quando, mas quando se tratar de um querer imperativo do filho, certamente os pais não vão conseguir convencê-lo a abdicar dele.

Por isso, é preciso distinguir os conflitos insolúveis daqueles que podem ser negociados. E, pensando bem, os insolúveis são poucos, por isso dá para bancá-los. Por exemplo: se os pais acham que ainda é cedo para o filho frequentar baladas, vão ter de se preparar para reafirmar sua posição sempre, até que o filho tenha idade para ir. Se acham que ele pode ir, é bom lembrar que em determinados locais e horários há restrições de idade para entrar.

Permitir que o filho frequente tais baladas significa aceitar que ele use estratégias ilícitas para ter êxito em seu intento. E isso se dará com a anuência dos pais. Esse fato pode trazer consequências para o relacionamento entre pais e filhos, já que alguma lição o jovem aprende com a atitude dos pais. O difícil é saber que tipo de lição ele absorve.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

Qual baderna? (CONTARDO CALLIGARIS)

EM AGOSTO de 1792, Maria Antonieta devia achar que os que se juntavam na frente das Tuileries eram baderneiros ignorantes. Em dezembro de 1773, o governador inglês da província de Massachusetts devia pensar a mesma coisa dos "filhos da liberdade", que se disfarçavam de índios, subiam nos navios, jogavam o chá no mar e não queriam pagar os impostos.

Na época, Samuel Adams explicou que, mesmo se esses homens fossem apenas vândalos descontrolados, eles seriam, de fato, os defensores dos direitos básicos do povo das colônias. A maioria dos paulistanos (e, suponho, dos brasileiros) pensa como Samuel Adams e deseja que as manifestações continuem, por uma razão que está muito além da tarifa dos ônibus: a relação do poder público com os cidadãos do Brasil é, sistematicamente, há muito tempo, de descaso e desrespeito, se não de abuso.

A escola e a saúde públicas são o destino resignado dos desfavorecidos. A insegurança se tornou uma condição existencial, tanto no espaço público quanto dentro da própria casa de cada um. O atraso da Justiça garante impunidades iníquas. Claro, nossa arrecadação per capita é menos de um terço da dos EUA, por exemplo. Ou seja, talvez tenhamos os serviços públicos que podemos nos permitir.

Convenhamos, seria mais fácil aceitar essa triste realidade 1) se a corrupção não fosse endêmica e capilar, especialmente na administração pública, 2) se os governantes baixassem o tom ufanista de nossos supostos progressos e sucessos, 3) se a administração pública não fosse cronicamente abusiva e desrespeitosa dos cidadãos e de seus direitos. Além disso, o dinheiro no Brasil compra uma cidadania VIP, na qual não só escola, saúde e segurança são serviços particulares, mas a própria relação com a administração pública é filtrada por um exército de facilitadores e despachantes.

A sensação de injustiça é exacerbada pela constatação de que muitos representantes procuram ser eleitos para ganhar acesso à dita cidadania VIP. Por isso, hoje, circulam aos borbotões, na internet, propostas de reforma política em que, por exemplo, 1) os membros do Legislativo e do Executivo seriam obrigados a recorrer, para eles mesmos e para seus filhos, aos serviços da educação e da saúde públicas, 2) os congressistas não teriam nenhum regime privilegiado de aposentadoria, 3) os congressistas não poderiam votar o aumento de seus próprios salários etc.

Para piorar, os representantes parecem se preocupar pouco com os compromissos de seu mandato e muito com sua própria permanência nos privilégios do poder. Por isso, por exemplo, eles compõem alianças que desrespeitam e humilham seus próprios eleitores.

Nesse contexto espantoso, é patética a indignação com os "baderneiros" e mesmo com a margem de delinquentes comuns que se agregaram às manifestações. O poder, quando não é efeito de graça divina, vem dos próprios cidadãos e é condicional: só posso reconhecer e respeitar a autoridade que me reconhece e me respeita. Uma autoridade que me desrespeita merece uma violência equivalente à que ela exerce contra mim. Além disso, é bom não perder o senso das proporções. "Olhe, olhe!", grita um repórter, enquanto a tela mostra alguém que foge de uma loja saqueada levando algo no ombro. Tudo bem, estou olhando e não estou gostando, mas minha indignação é mais antiga e por saques muito maiores.

Outro repórter pensa nos coitados que perderão o avião, em Cumbica, por causa dos manifestantes que bloqueiam o acesso ao aeroporto. Mas o verdadeiro desrespeito é o de nunca ter construído uma linha de trem entre São Paulo e o maior aeroporto do país. O ministro Antonio Patriota se declarou indignado com o vandalismo contra o Palácio do Itamaraty. Com um pouco de humor negro, eu poderia suspeitar que os apedrejadores talvez tenham precisado um dia dos serviços de um consulado no exterior. Mas, deixemos. Apenas pergunto: se esses forem vândalos, então o que são, por exemplo, os latifundiários desmatadores da Amazônia?

Enfim, à presidenta Dilma gostaria de dizer: não acredito que os "baderneiros" das últimas semanas tenham envergonhado o Brasil - nem mesmo quando alguns depredaram o patrimônio público. Presidenta, você sabe isto mais e melhor do que muitos de nós: o que envergonha o Brasil é uma outra baderna, bem mais violenta, que dura há 500 anos e que gostaríamos que parasse.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

Vítimas da pedofilia (REMO ROTELLA JR.)

As consequências do abuso sexual infantil apresentam sintomas que podem aparecer em várias fases da vida

NA EDIÇÃO anterior foram abordados os aspectos psíquicos e comportamentais dos indivíduos predadores, que abusam sexualmente de crianças e adolescentes, e como eles conseguem, habilmente, ludibriar a confiança daqueles que convivem de perto com as vítimas, a fim de conseguir seu intento. Este artigo colocará em discussão os danos psíquicos e emocionais decorrentes do abuso sexual infantil, com sintomas que podem aparecer na infância, adolescência ou na idade adulta.

É fato muito raro que as crianças ou os adolescentes, que tenham sido ou estejam sendo molestados sexualmente por um adulto, demonstrem ter a consciência do que está ocorrendo e procurem a ajuda de um adulto, seja um familiar, educador ou alguém com quem tenham um vínculo, com o intuito de denunciar os abusos de que estão sendo vítimas. Comumente tendem a guardar segredo, principalmente se o pedófilo for um parente, tal como pai, irmão, primo, padrasto ou um amigo que mantenha um forte vínculo de confiança com os pais.

Na mente infantil, que ainda está em desenvolvimento, o fato traumático, conseqüente do abuso sexual, e a necessidade da manutenção do segredo acarretam uma situação de forte angústia e alterações do comportamento. Isso acontece devido à incapacidade de um psiquismo em desenvolvimento, que é o da criança, poder elaborar o trauma emocional causado pela situação do abuso de que foi vítima.

O trauma emocional, não elaborado, aparecerá mais tarde, na vida dos indivíduos que foram vítimas desse tipo de abuso, sob a forma de sintomas e alterações do funcionamento psíquico das mais variadas formas, tais como:

- Acentuado rebaixamento da autoestima, que se expressa sob a forma de descrença em si mesmo e grande dificuldade para reconhecer e valorizar seus potenciais afetivos e intelectuais.
- O rebaixamento da autoestima abre caminho para o surgimento de sintomas de depressão emocional, o que aumentará a descrença do indivíduo em si mesmo.
- A pessoa descrente de si mesma e, por conseqüência, descrente dos outros, desenvolve um profundo sentimento de desamparo afetivo, que, quando associado a sintomas depressivos, tende a gerar sentimentos de desesperança e ansiedade.
- Os sentimentos de desesperança, desamparo e ansiedade, frequentemente, ocasionam crises de Ansiedade tipo Pânico ou, em muitos casos, a Síndrome do Pânico, que leva esses indivíduos a

procurarem por ajuda psiquiátrica e ou psicoterápica, para resolverem o drama interno e o sofrimento psíquico de que são vítimas.

Além do que foi descrito, o trabalho psíquico com adultos que foram sexualmente abusados na infância, tem mostrado, com frequência, o fato de que essas pessoas, apresentando dificuldades para estabelecerem vínculos afetivos, tendem a se ligar a pessoas com graus de sadismo, que, de alguma maneira, reproduzem nos relacionamentos afetivos situações de violência física ou psíquica, humilhação, desprezo e desconsideração, para falar das mais frequentes, o que nos leva à indagação: Até que ponto esses adultos de que estamos falando, que sofreram com essa prática, ao se ligarem a pessoas que os maltratam, cometendo, inclusive, atos de abuso, não estão tentando resolver, psiquicamente, a situação da qual foram vítimas um dia, ou seja, o próprio abuso sexual?

REMO ROTELLA JR. é médico psiquiatra e psicanalista. Membro da Associação Brasileira de Psiquiatria e da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. **Revista PSIQUE, Junho de 2013.**

Celular e reza (MÁRCIA TIBURI)



NOSSA ÉPOCA é caracterizada por crenças religiosas irrefletidas e inconscientes. O lugar da religião ou da religiosidade na vida cotidiana fica entre o autoritário fundamentalismo como negação de outras religiões e da vida laica, e seu curioso complemento, uma religiosidade tão banal quanto profana relacionada a diários rituais compulsivos e repetitivos que sugerem liturgias.

Assim como o crente faz libações, oferendas e cultos e, por meio deles, estabelece contato com a transcendência, os devotos do capital aderem gestualmente a práticas rituais mesmo que se considerem ateus em tudo. O desejo de transcendência, base de toda religiosidade, é administrado por quem promete melhor. O bom publicitário é o melhor pastor. Transcendência barata ao alcance de todos, é a ladainha como subtexto do consumismo ritual na religião capitalista. Só que, no consumismo, o absoluto prometido em qualquer religião é elevado da esfera profana a uma ordem teológica ainda fundamentalista.

Religião e telefonia

No cenário em que o profano se tornou sagrado, quem não usa celular posiciona-se como ateu. Na ausência de um aparelho de último tipo, a ovelha desgarrada pode ser vista como o próprio "pobre de espírito".

No contexto de danação e desespero coletivos, em que a sensação de desamparo e abandono é a forma da psique geral, as corporações telefônicas funcionam como igrejas prometendo "acesso" absoluto, enquanto o acesso é, ele mesmo, elevado a absoluto e, portanto, deificado. As empresas de telefonia lutam por clientes como as igrejas por crentes. O que ambas têm em comum é a promessa teológica da transcendência: estar em todo lugar por meio de uma conexão absoluta que será vendida a preço de um dízimo, o chip pré ou pós pago.

A "ligação" total, a conexão infinita, a promessa de que com nossos celulares não estaremos sós, mas ligados no "ACESSO" total, feitos "Deus", dá a sensação de que fomos salvos do abandono mortífero que experimentamos nestes tempos melancólicos. Longe de um sentido para a vida, os desesperados vão em busca de ofertas baratas de "ligação", a redenção de toda dor. Que as bugigangas telefônicas promovam tão facilmente a aniquilação da subjetividade, aquilo que antigamente chamávamos de "alma", é o que importa se quisermos ver o lado negativo e diabólico dessa nova forma de religião.

O celular é tão religioso que em seu ser está a ligação (*re-ligare* é a velha palavra latina que ajuda o bom leitor) e, ao mesmo tempo, a sacralização que significa também separação: quem carrega um celular é totalmente encontrável, mas também intocável, o que vemos no gesto de concentração no aparelho por parte do usuário, sobretudo quando ele está com outras pessoas em situações concretas e prefere permanecer "ligado" no celular. O celular promete a autossuficiência mágica de um indivíduo absoluto, ou seja, em estado de "deus".

A nova religião implica outro gesto aparentemente novo que mostra o nexos entre arcaico e moderno. Dedos nas teclas são como dedos nas contas: a reza religiosa já previa a reza digital. Celulares lembram terços de contas usados pelas beatas nas intermináveis novenas de antigamente. A compulsão entre uma Ave-Maria e um SMS, entre um Pai Nosso e um "chat", dão-nos a noção de ritual digital. A ligação é a "re-ligação". Que os celulares apareçam substituindo as velas como na celebração da escolha do novo Papa é uma imagem que explica tudo isso.

Jovens e adultos, todos com seus celulares, digitando em telas como quem pratica alguma forma de mágica, são os novos adeptos da religião digital. Steve Jobs foi um de seus principais santos, aquele que ensinou sua catequese a uma geração de devotos. A aliança entre o tecnológico e a estética do "imaterial" característica dos gadgets da igreja Apple fazem de Jobs o "Deus do Design" em um mundo que prefere o milagre da aparência a qualquer outro.

marciatiburi@revistacult.com.br. Revista CULT, Junho de 2013.

Os parasitas (JOSÉ PADILHA)

EXISTE um campo da biologia, chamado de relações ecológicas, que estuda os diferentes tipos de interação entre organismos vivos. Uma das mais interessantes é entre parasitas e hospedeiros. Os parasitas evoluem para sugar a energia vital dos hospedeiros e a usam em proveito próprio. Já os hospedeiros evoluem no sentido contrário, buscando resistir aos parasitas. É uma guerra evolutiva.

Os protestos no Brasil podem ser vistos sob essa ótica. A população brasileira sustenta vários parasitas, que vão de uma classe política corrupta a uma polícia brutal. Quase toda a estrutura do Estado opera de forma parasitária, usurpando dos brasileiros parte significativa de seu trabalho e energia, na forma de corrupção e de impostos em excesso. Não deixa de ser revelador o fato de os protestos terem começado como uma manifestação contra um aumento nas tarifas de ônibus. Afinal, todo brasileiro bem informado sabe que, embutido no preço do ônibus, quase sempre há a caixa de campanha, o por fora que é acertado com as empresas de ônibus - a parcela dos parasitas.

Não me surpreende que os protestos tenham um lado violento. A relação parasita-hospedeiro é sempre desse tipo. O que acontece em nossos hospitais, presídios, delegacias e gabinetes de políticos é também uma violência, mata muita gente. O que, evidentemente, não justifica a violência dos hospedeiros, mas certamente explica em parte de onde ela vem. Outra relação ecológica interessante, e também importante para se entender o Brasil, é a da simbiose. Ela ocorre quando dois ou mais organismos interagem de forma a se beneficiar mutuamente.

No Brasil, a classe política dominante e os grandes grupos econômicos que fornecem bens e serviços ao Estado tendem a se relacionar dessa forma. Políticos criam demanda por grandes obras, montam licitações de forma a viabilizar estouros orçamentários. Grandes empreiteiros falsificam concorrências e emplacam orçamentos absurdos. Os hospedeiros pagam a conta. Essa é a essência da nossa ecologia: somos hospedeiros, constantemente predados por grupos econômicos e partidos políticos que descobriram uma estratégia simbiótica de se retroalimentar às nossas custas.

O que vai acontecer agora? Se formos buscar inspiração na biologia, quando o hospedeiro reage, o parasita tem que se adaptar para sobreviver. A primeira tentativa nesse sentido foi a da camuflagem, com a presidente Dilma dando a deixa para a classe política: vamos elogiar os manifestantes, como se não fizéssemos parte dos processos parasitários contra os quais eles se insurgem. Outros parasitas se fingem de mortos, para ver se os hospedeiros os esquecem, apostando que as manifestações não terão real influência na estrutura de poder do país. Finalmente, há os parasitas cínicos, que vão tentar se juntar aos hospedeiros e surfar na onda das manifestações, apresentando-se como alternativa.

Todas as estratégias têm boa chance de sucesso, dado que as manifestações não são propositivas. Mesmo assim, elas nos dão alguma esperança, porque mostram que, quando os hospedeiros se manifestam, conseguem o que querem. Foi assim com Collor e está sendo assim com a tarifa dos ônibus. Resta saber se existem forças na sociedade capazes de fornecer aos hospedeiros alguma estratégia de mudança em que possam se apoiar.

JOSÉ PADILHA, 45, cineasta, é diretor de "Ônibus 174", "Tropa de Elite" e "Tropa de Elite 2". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Junho de 2013.

As manifestações e o direito à política (TALES AB'SÁBER)

A CRISE universal da integração capitalista de 2008, produzida pelos ganhos desregulamentados de Wall Street --dos "terroristas" de Wall Street -, que liquidou a vida econômica e degradou a vida social em vários países, disparou outro processo mundial, o da desestabilização por movimentos populares de realidades políticas nacionais.

Em poucos anos, surgiram movimentos de massa, não esperados até o seu acontecimento, em países de capitalismo periférico. No mundo árabe, incluindo o importante Egito, a armada Líbia e a guerra civil síria, apareceram movimentos ambíguos entre a modernização democrática liberal e uma possível islamização. A mobilização se deu como crítica vital à ordem capitalista avançada na Islândia, na Grécia, na Espanha e na Itália. E, recentemente, em outro quadro de razões, na Turquia.

A partir da conquista social "antibancos", ganha nas ruas da pequena Islândia, países viram movimentos populares de massa buscarem definir diretamente os seus destinos, com esperança progressista. Na última semana, o Brasil adentrou o processo de retomada da expressão direta da vida cidadã, e a constituição da sua força acrescentou perspectivas ao sentido mais amplo, mundial, do movimento. O processo do levante pacífico brasileiro, a espetacular progressão geométrica das manifestações a partir de um pequeno núcleo de militância direta, foi disparado a partir das condições econômicas de certo impasse do presente, da crise generalizada de confiança na política do país e da percepção, que vai se tornando clara, de que os grandes jogos da corrupção brasileira, que atravessam inteiramente a política democrática formal, se dão em detrimento da melhoria de aspectos simplesmente necessários à vida.

O movimento se deu em dois atos: o da manifestação precisa contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, de um sistema de serviço público vital, ultrapassado e degradante. E o da expansão da crítica à ação arcaica da polícia paulista, com sua violência desproporcional e generalizada, carregada de ilegalidades inaceitáveis em uma democracia verdadeira. A primeira e muito importante derrota que o governo sofreu foi a da deslegitimação ampla desse modo de utilizar a polícia, ainda radicado nos processos de exceção que o corpo militar conheceu no Brasil.

O impacto social dos meios de comunicação, da telefonia celular e da internet - a mensagem do meio, como diz McLuhan - participou da facilidade de convocação, velocidade, deslocamento, informação, publicação e até espetacularização, produzindo uma organização flexível para a nova política, das múltiplas manifestações que se integraram em um maior Movimento das Manifestações, de massas, brasileiro. Os resultados, promissores para a renovação da vida, não estão restritos aos ganhos imediatos a respeito da violência ilegítima da polícia e dos preços do transporte público. A maior conquista é o descongelamento do direito humano à política. Os elementos eróticos claramente presentes na hegemônica facção pacífica do movimento não deixam dúvida sobre o valor especial da experiência da política, quando trazida ao mundo da vida.

Em termos históricos mais amplos, o que se anuncia nas ruas é o esgotamento do período de hegemonia do pacto social realizado pela política de Lula, incluindo aí o seu corpo, centrado na inclusão pelo consumo de superfície. Uma nova ordem crítica da política oficial, e sua distância da vida, e uma inédita contestação de massa à "corrupção do espetáculo" - visando os gastos antissociais da Copa do Mundo no Brasil - são também importantes avanços simbólicos, novas marcas políticas investidas, que o movimento produziu.

São três os principais significantes que emergem da prática política coletiva: "sem partidos" - o que também quer dizer sem o PT -, "sem violência" e, ao redor do processo, "ninguém está entendendo nada". Em conjunto com o prazer do reconhecimento de um nível alto de "esclarecimento das massas" no Brasil e da retomada do valor social da solidariedade. Vinte centavos fazem, sim, toda a diferença.

TALES AB'SÁBER é psicanalista e ensaísta, professor de filosofia da psicanálise na Universidade Federal de São Paulo e autor de "Lulismo, Carisma Pop e Cultura Anticrítica". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

Crime de corrupção deve ser visto como hediondo? NÃO

Um novo rótulo (ALBERTO ZACARIAS TORON)

PARECE que virou moda. Agora não basta mais que a conduta seja criminosa, o que, por definição, já é algo ruim e nocivo. É preciso um "plus": o rótulo de hediondo, como se os outros crimes fossem adoráveis ou coisa parecida. A medida, aprovada pelo Senado, além de ineficaz, traduz um oportunismo político inacreditável. Não que se deva ter alguma condescendência com a corrupção. A questão é outra.

Quando, em julho de 1990, principalmente em razão dos inúmeros sequestros, editou-se a Lei dos Crimes Hediondos com vistas à imposição de um tratamento processual, penal e penitenciário mais rigoroso, esperava-se um descenso nesse tipo de criminalidade. Para tanto, impediu-se o juiz de conceder fiança e liberdade provisória, isto é, o direito de o acusado aguardar o desfecho da ação penal em liberdade. Elevaram-se as penas de diferentes delitos e, por fim, revogou-se o direito de o condenado, mesmo que de bom comportamento, passar de um regime penitenciário rigoroso para um mais brando como o semiaberto ou o aberto.

Na verdade, com essas medidas, queria-se aplacar uma voz que é forte nos meios policiais e num certo tipo de imprensa que dizia: "A polícia prende e o juiz solta". Passados mais de 20 anos da vigência da Lei dos Crimes Hediondos, verifica-se que, embora não tenha resolvido a problemática da elevação dos níveis da criminalidade violenta, ela serviu unicamente para calar ou acalmar aqueles setores da opinião pública que pensam que o crime aumenta ou diminui em razão de penas mais altas e de um maior rigor carcerário.

A constatação do erro dessa visão não decorre de uma ideologia humanista. Fala em favor disso a simples observação dos fatos noticiados pelos jornais no dia a dia. Agora, a cada novo escândalo, a falta de efetividade do Estado em termos práticos é "compensada" com a edição de leis. Cria-se uma espécie de modelo álibi. Repete-se a estratégia dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. No último, ampliou-se o rol dos crimes hediondos e, o que é pior, de uma maneira desastrosa (incluindo-se, para se ter uma ideia, até a fraude em cosméticos, como se tivessem a mesma importância que remédios).

Desvia-se, com isso, a atenção do que é o essencial: a vontade política no combate à corrupção e a necessidade do aprimoramento dos controles administrativos mais rápidos e eficazes. Em 9 de julho de 2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado realizou uma importante audiência pública para discutir a colocação da corrupção no rol dos crimes hediondos. Estiveram presentes representantes da Associação Nacional dos Procuradores da República, Associação dos Magistrados Brasileiros e da Ordem dos Advogados do Brasil. Todas as entidades foram contrárias à ampliação do rol dos crimes hediondos.

Naquela oportunidade, o subprocurador-geral da República, Eugênio Aragão, que é também professor da Universidade de Brasília, lembrou que a expressão crimes hediondos ("heinous crime") foi utilizada pela primeira vez no Tribunal de Nuremberg, que julgou os criminosos nazistas pelas atrocidades praticadas durante a Segunda Guerra Mundial. Com propriedade, ele lembrou: "Crime hediondo é um crime que afeta um número enorme de vítimas. Não são crimes quaisquer. Banalizar essa expressão faz mal ao direito penal".

A melhor resposta que se possa dar à corrupção não é uma nova lei, mas o aprimoramento dos mecanismos de controle e a celeridade na apuração dos crimes. Fora daí, o que se vê é uma manobra diversionista.

ALBERTO ZACHARIAS TORON, 54, é advogado, doutor em direito pela USP, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e autor de "Crimes Hediondos: o Mito da Repressão Penal". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

Crime de corrupção deve ser visto como hediondo? SIM

A materialização do repúdio social (MARCOS LEÔNICIO RIBEIRO)

O BRASIL passou a conhecer melhor as características e os efeitos nefastos da corrupção, cuja letalidade supera a esfera individual para provocar a desorganização social e impedir o desenvolvimento da coletividade. Ela é hedionda por condenar o futuro de gerações de jovens e, até mesmo, de nações inteiras.

As operações realizadas pela Polícia Federal nos últimos anos têm contribuído de forma decisiva para mudar o paradigma no que diz respeito à intolerância da população brasileira com atos de corrupção. Prova disso é que hoje presenciamos o repúdio da sociedade a esse tipo de crime, manifestada nas ruas de todo o país, com reflexos políticos diretos no Congresso Nacional.

O Senado acaba de aprovar o projeto de lei legislativo nº 204/2011, que qualifica como hediondos os crimes contra a administração pública. Ele aumenta a pena mínima de dois para quatro anos de reclusão nos delitos de peculato, concussão, excesso de exação e corrupção ativa e passiva. Se transformado em lei, dificultará a concessão de eventuais benefícios aos condenados por tais crimes. A aprovação ocorre no contexto de um pacto anticorrupção firmado entre os Poderes da República, com o objetivo de corresponder aos reclames populares manifestados nas mobilizações de rua por todo o país.

É preciso reconhecer que a resposta legislativa por si só não irá diminuir a corrupção no Brasil. O enfrentamento a tal fenômeno requer medidas permanentes, de longo prazo, e passa necessariamente por mudanças culturais, mais investimentos em educação, mais transparência, controle social e acesso à informação de interesse público. Todavia, sinaliza positivamente como uma tentativa de minimizar a sensação de impunidade que reina na sociedade brasileira. Isso pode ser mensurado facilmente pelos efeitos penais inclusive no que concerne à prescrição, com significativo aumento da pena mínima.

Outra sinalização relevante é para o mundo. O Brasil se mostra em sintonia com os compromissos internacionais para combater o desvio de dinheiro público, como, por exemplo, na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Na qualidade de signatário da Convenção de Mérida, o país deve promover e fortalecer as medidas para prevenir e combater de forma mais rigorosa e eficiente toda a forma de corrupção. Não é por menos que a penalização e aplicação da lei nas hipóteses de suborno, peculato, tráfico de influência, enriquecimento ilícito e lavagem de dinheiro mereceram especial destaque no terceiro capítulo dessa convenção.

Basta uma leitura do preâmbulo do referido acordo internacional para se convencer da adequada qualificação dos crimes contra a administração pública como dignos do tratamento jurídico de hediondo. Trata-se de uma preocupação universal com a gravidade dos problemas e com as ameaças decorrentes da corrupção para a estabilidade e a segurança das sociedades ao enfraquecer as instituições e os valores da democracia, da ética e da justiça e ao comprometer o desenvolvimento sustentável e o Estado de Direito no mundo.

É na esteira dessa preocupação universal com a dignidade da pessoa humana que houve a constitucionalização e a equiparação da prática de tortura, narcotráfico e terrorismo com o rigoroso tratamento dispensado aos crimes hediondos nos termos do artigo 5º da Carta Magna brasileira. O resultado positivo da indignação popular manifestada nos últimos dias se materializou sob a forma da mudança legislativa proposta no projeto de lei que transforma a corrupção em crime hediondo. O primeiro passo já foi dado.

MARCOS LEÔNICIO RIBEIRO, 39, é delegado especial e presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

Entrevista - Slavoj Zizek, um sintoma social (BRUNO TRIPODE BARTAQUINI)

Talvez mais assistido que lido, o filósofo esloveno Slavoj Zizek faz conexões complexas sobre o mundo atual ao mesmo tempo em que se configura como um filósofo pop



Em uma sala de espera, pequenos grupos conversam em voz baixa enquanto aguardam o entrevistado. O clima intimista introvertido segue tranquilo até que dá lugar a uma sequência de gestos, piadas, gargalhadas, comentários irônicos e inúmeras referências a gulags e a Stalin:: Slavoj Zizek havia entrado no recinto. O filósofo esloveno ganhou projeção internacional em 1989, com o livro *Eles não sabem o que fazem* - o sublime objeto da ideologia (Jorge Zahar editor), no qual amarra os conceitos kantianos, freudianos e marxistas em uma tentativa de explicar a ideologia como estruturante inconsciente em uma época que se diz pós-ideológica. De lá para cá, foram muitos os lançamentos traduzidos para o português, com destaque para *Bem-vindos ao deserto do real*, *A visão em paralaxe* e *Vivendo nos fins dos tempos*, todos pela Boitempo.

Acho que o sucesso de Chávez, no sentido de ele ser um tipo de representante emblemático, não vinha tanto do resultado de seu carisma, mas sim do fato de ele ter dinheiro

Falar apenas dos livros de Zizek talvez seja ignorar grande parte de sua "obra", que se compõe por inúmeras outras inserções midiáticas. O pesquisador sênior da Universidade de Liubliana encabeça a corrente de filósofos "pop" da era da internet e é possível que tenha sido mais assistido em vídeos pela rede do que lido de fato. Para se ter uma ideia de quão longe vai sua exposição, o pensador protagoniza ao menos seis documentários, sendo que dois são focados exclusivamente em sua vida e obra. Além disso, no início de 2013, a londrina Royal Opera House, uma das maiores casas de ópera do mundo, anunciou que nada menos do que quatro novas óperas estão sendo escritas a partir das ideias de Zizek. Como se não bastasse, talvez seja bom lembrar que ele já foi candidato à presidência da Eslovênia, em 1990, e que há uma banda argentina chamada Zizek em sua homenagem.

Seria difícil explicar o porquê da ascensão tão rápida do esloveno ao panteão dos filósofos mais relevantes do século XXI. No início, sua obra cheia de provocações e termos politicamente incorretos era lida como uma acusação "fanfarrona" ao capitalismo vinda da visão comunista de um excêntrico europeu oriental. Porém, ao indicar a cultura pop como chave para o desvelamento da ideologia de uma era neoliberal, que se dizia a-histórica, Zizek pode ter rompido uma brecha na aceitação puramente economicista da realidade que reinava tacitamente desde Margaret Thatcher. As crises financeiras que sucederam a relativa bonança neoliberal dos países desenvolvidos serviram para tornar ainda mais atraente a bússola interpretativa que ele propunha.



O absurdo irracional da pulsão, da ideologia e mesmo da realidade é proclamado por Žižek por meio do cruzamento de conceitos oriundos do idealismo alemão de Kant e Hegel com a Sociologia de Marx e a Psicanálise lacaniana. Faz isso sempre ligando conceitos filosóficos dos mais intrincados a fenômenos da cultura pop, que por sua vez explicam acontecimentos sociais. Dessa forma, o último filme de Batman é lido como uma resposta cheia de ansiedade contra o movimento Ocupe Wall Street, que por sua vez remete à comuna de Paris, assim como o personagem da Dreamworks Kung-fu Panda serve como figura emblemática da ideologia capitalista atual. Suas ideias ignoram as divisões entre alta e baixa cultura, assim como seus trejeitos ignoram o decoro, por vezes excessivo, da posição de catedrático.

O filósofo esloveno visitou o Brasil em março para lançar seu novo livro, segundo alguns sua obra máxima, Menos que nada, pela Boitempo Editorial, e participar do Seminário Marx: a criação destruidora. Após a participação em um programa de TV, concedeu alguns minutos de entrevista à Revista Filosofia. Žižek falou de Chávez, do Bolsa Família e do projeto de novos livros.

FILOSOFIA - Você havia dito que os novos líderes progressistas da América Latina não criaram nada de novo que possa servir como um modelo para o mundo. Quem você acha que pode ser um substituto de Chávez, na América Latina?

Zizek - Eu vou dizer algo que vocês provavelmente não vão gostar. Acho que o sucesso de Chávez, no sentido de que ele era um tipo de representante emblemático, não vinha tanto do resultado de seu

carisma, mas sim do fato de que ele tinha dinheiro. Ele apoiava a todos. Como Linera [Alvaro Garcia Linera, vice-presidente da Bolívia] me disse: "Tive meus problemas com Chávez, mas ele nos dá 300 milhões por mês". Claro que não estou dizendo que isso é ruim. Graças a Deus ele estava fazendo isso com o dinheiro em vez de outra coisa. O que quero dizer é que todas essas comunidades locais e autônomas criadas no governo Chávez precisam de uma ordem, uma referência universal que é suprida pelo Estado. E eu não vejo nenhuma outra alternativa aqui. Essa é a questão marxista básica: temos alguma ideia de uma organização em larga escala que pode substituir o Estado da forma que é hoje? A resposta de Negri [Antonio Negri, sociólogo marxista italiano] é: "as multidões irão gradualmente crescer e tomar o poder". Bom, eu não acredito nisso. O próprio Michael Hardt [filósofo político norte-americano coautor com Antonio Negri do livro Império] admitiu que quase via essa questão como um problema insolúvel. Em algum momento é possível que tenhamos de tomar grandes decisões. Eu uso este exemplo: imagine que o terremoto que atingiu Fukushima tivesse sido um pouco mais forte e toda a parte norte do Japão se tornasse inabitável; então teríamos que deslocar cerca de 100 milhões de pessoas para outras regiões. Como isso seria feito? Quem decidiria isso? Outro exemplo: com as recentes tendências geoclimáticas, grande parte da África central está cada vez mais árida. Por outro lado, partes do norte siberiano hoje congeladas estão começando a derreter por causa do aquecimento global.

FILOSOFIA - O ex-presidente russo Vladimir Putin disse que esse processo seria bom para a Rússia, pois isso criaria terras cultiváveis.

Zizek - Sim! Mas, novamente, quem decidirá? Algumas pessoas dizem que há um acordo secreto entre China e Rússia. Eu não acredito nisso, por conta do processo de desertificação ocorrendo na China. Hoje já há cerca de 2 milhões de chineses vivendo na Rússia logo acima da China. Então, como regulamos todos esses megaprojetos? Já há quem pense na ideia muito arriscada da chamada geoengenharia. Eles têm essa ideia maluca de que se você dispersar pelos céus alguns metais isso pode diminuir a temperatura global. Ok, mas esses são eventos potencialmente catastróficos. Novamente, quem irá decidir? Existe ainda a ideia de que necessitamos de eleições de nível mundial. Quando eu estava nos EUA, havia um casal que me perguntou qual seria, politicamente, a melhor coisa para os norte-americanos fazerem. Eu disse que a melhor coisa a fazer era deixar o resto do mundo votar nas eleições dos Estados Unidos, exceto os norte-americanos. Compreende? Não podemos conceber um processo eleitoral confiável sendo feito no mundo inteiro. Algumas pessoas pensam que precisaremos de um governo mundial e, portanto de eleições mundiais. Mas há certas limitações com esses planos. Essas questões não são abstratas, nós as enfrentaremos.

FILOSOFIA - Em uma palestra anterior você disse que não via programas de distribuição de renda como o Bolsa Família ou, mais utopicamente, o Renda Mínima como formas efetivas de solução para as desigualdades

geradas pelo capitalismo. No entanto, esses programas parecem funcionar, até certo ponto, aqui no Brasil.

Zizek - Claro que isso é melhor do que nada. Meu pensamento sobre isso é que, se funcionar, então deveríamos abandonar totalmente o marxismo. Porque se você mantém o pensamento clássico marxista, isso quer dizer que aqueles que trabalham devem ser tão explorados que sustentam não apenas os ricos, mas também todos aqueles que não trabalham.

FILOSOFIA - Mas há também uma crise de superprodução. A Terra está sendo destruída pela superprodução.

Zizek - Aí está o problema. Estamos produzindo excessivamente, mas milhões de pessoas continuam morrendo de fome, talvez mais do que nunca. Se (os programas de distribuição de renda) funcionassem, seria maravilhoso. Mas eu duvido que daí saia algo mais do que o velho Estado de Bem-Estar Social, talvez um pouco radicalizado. Isso basicamente mantém o sistema capitalista. O que me pergunto é: até que ponto mesmo o Brasil poderia fazer isso no mercado mundial? Por exemplo, pegue um país desenvolvido. Para distribuir renda ele terá que aumentar os impostos. Se aumenta os impostos, como competir com os chineses? Acredito que para essa solução dar certo deveria haver algumas mudanças radicais no mercado global. E não se pode retirar a competição do jogo porque sem competição o capitalismo não funciona, torna-se extremamente corrupto e improdutivo. Então, esse é o paradoxo do norte-americano de direita que reclama da terceirização de serviços e dos trabalhadores baratos, mas, todavia, gosta de comprar sua TV de tela plana produzida num gulag [campo de trabalhos forçados] chinês por 300 dólares. Sabe, você tem que decidir! O governo chinês anunciou que perceberam que estavam muito dependentes das exportações para o Ocidente e que isso fazia da sua economia frágil. Então, acredito que, por razões puramente econômicas, não porque de repente eles descobriram os interesses dos trabalhadores, o governo agora está pressionando por salários maiores. Eles perceberam que não podem apenas depender de exportações e precisam também de um mercado interno. Essa para mim é uma questão crucial nesse nível e me pergunto o que vai acontecer quando os salários chineses subirem.

Se o Bolsa Família funcionar, podemos abandonar o marxismo. Porque quer dizer que os que trabalham devem ser tão explorados que sustentarão não só os ricos, mas também os que não trabalham

Zizek - Quem recebe os impostos pelo uso do solo no Brasil?

Filosofia - O governo federal.

Zizek - Sabe, os primeiros modelos de Renda Básica vêm dos índios americanos, eles odeiam ser chamados de nativos, e de canadenses que alugam suas terras. Algumas tribos são muito inteligentes, investem o dinheiro, abrem cassinos e cuidam para que todos recebam Saúde, Educação etc. No entanto, apenas 10% das tribos são tão sortudas. As outras ainda vivem sob um desespero extremo. Em sua maioria, os índios americanos são uma nação falida, de uma certa forma muito mais do que os negros, nos índices de alcoolismo, consumo de drogas, Educação etc. Assim também como no Canadá. Os canadenses gostam de se gabar "somos mais humanos do que os EUA". Atualmente, nas comunidades indígenas do Canadá, cerca de 50% das crianças são retiradas de suas famílias sob o argumento de que as famílias abusam do álcool e de drogas, e postas em orfanatos controlados pelo Estado? Mas eles não deixam os índios administrarem os orfanatos, isso é feito pelos brancos. E essas são estatísticas oficiais da província de Vancouver.

FILOSOFIA - E o governo canadense gosta de se desculpar por erros do passado.

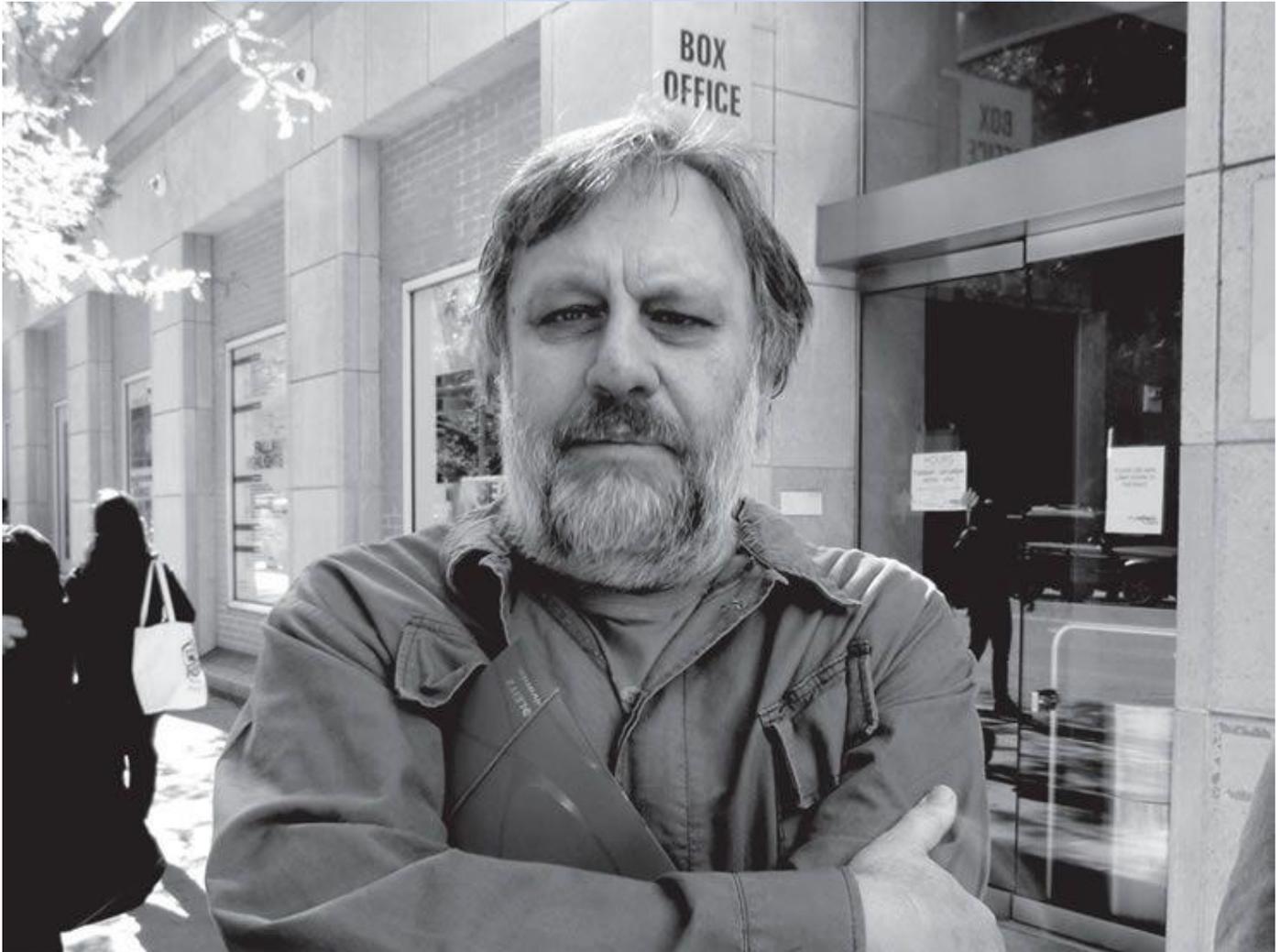
Zizek - Sim, primeiro você mata a todos e depois pede desculpas. No norte da província de Alberta, os índios estão morrendo sistematicamente de câncer e ninguém liga. Sabe qual é o percentual de abuso sexual nesses orfanatos? 80%! É um inferno! E isso acontece no Canadá hoje em dia, não há 50 anos! Esses dados arruinaram minhas ilusões de que o Canadá é um Estados Unidos europeu civilizado. Sonho, sonho.

FILOSOFIA - Como você vê o papel do discurso de neutralização - no qual não se podem usar palavras más, mas se continuam cometendo atrocidades - encontrado principalmente em discursos oficiais dos governos e instituições? Você acredita que isso possa piorar ainda mais?

Zizek - Sim, de uma certa forma. Todos conhecem o exemplo ridículo (utilizado nos EUA) de, no lugar de tortura, você dizer "técnica de interrogação intensificada". Então eu propus para a revista Guardian o seguinte: por que, então, no lugar de dizermos estupro, não dizemos "técnica de sedução intensificada?". Censuraram essa parte, era demais para eles. Mas o



que é crucial observarmos é que a neutralização em palavras abre espaço para uma violência real muito mais forte. Não serei hipócrita aqui; talvez se estivesse em uma situação de puro desespero, eu pudesse torturar alguém. Mas ao menos isso carregaria um nome brutal, para que se tenha consciência do que se está fazendo. O horror é essa neutralização quase administrativa. E, sim, a tendência é piorar. Uma das coisas que me preocupam é que estamos cada vez mais nos aproximando de uma sociedade de apartheid na qual aqueles que estão dentro serão protegidos por todas essas regras politicamente corretas, como nos Estados Unidos, do tipo: eu olho dentro de seus olhos, "estupro visual", eu converso com você, "estupro verbal", e toda essa proteção total. Porém, ao mesmo tempo, talvez até na mesma sociedade, ou com aqueles excluídos, haverá a mais absurda explosão de violência real que se possa imaginar.



O Japão é um caso extremamente interessante de como um país foi modernizado e como essa modernização envolveu ao mesmo tempo um tipo de restauração ideológica

FILOSOFIA - Você diz em um de seus livros que a sociedade de consumo vive em uma era de ideologia autoirônica, que não parece ideologia porque ri de si mesma, mas, e por causa disso, funciona muito eficientemente como ideologia. Ao mesmo tempo, há uma grande parcela da população que vive sob a égide de uma ideologia explícita e de núcleo duro, como a Religião. Como os dois discursos colidem?

Zizek - Eles colidem, mas são dois lados da mesma moeda. Essa ideologia ultrairônica e o fundamentalismo religioso estão produzindo um tipo de rotatória. Acho imprescindível vermos o fundamentalismo atual não como um remanescente de algum passado primitivo, mas como um fenômeno genuinamente pós-moderno. Por isso eu citei no meu livro *A visão em paralaxe* um outro livro maravilhoso do historiador de esquerda Thomas Frank, chamado *Whatever happened to Kansas*. Nele, Frank demonstra como o estado norte-americano do Kansas, que era o mais progressista dos EUA em se tratando das lutas sociais abolicionistas, sindicais etc., transformou-se nos últimos 50 anos no pior Bible Belt [cinturão bíblico, denominação que indica regiões dos EUA dominadas pelo pensamento cristão protestante radical]. Portanto, não podemos nos esquecer disso. Costumamos falar do fundamentalismo islâmico, mas pegue o percentual de fundamentalistas islâmicos e compare com o número de fundamentalistas cristãos nos EUA. Você verá que há hoje nos Estados Unidos cerca de 2

milhões de cristãos fundamentalistas considerados perigosos e vigiados pelo FBI. Todas aquelas milícias malucas de Nevada. Eu gosto de alguns deles porque são loucos! Eu conheci alguns no alto Missoula (no estado de Montana). Eles são um secto com dupla origem e têm uma teoria linda de que Eva estava transando com dois homens ao mesmo tempo. Ela transou com Adão e de lá surgiram as pessoas brancas, e ela também transou com o demônio, e dessa relação surgiram os negros e os judeus! O que me fascina nesses casos é que esse tipo de coisa está surgindo hoje em dia. Há algo no capitalismo atual que permite esse tipo de pensamento. Um bom exemplo é algo que ocorreu aqui. Alguém me deu um livro maravilhoso (Corações sujos, de Fernando Morais) sobre o que aconteceu com a colônia japonesa no Brasil. Muitos dos homens diziam que o Japão na verdade havia vencido a guerra e que as notícias anunciando o contrário eram parte da propaganda de guerra sul-americana. Eles até falsificaram alguns jornais. Para mim, esse é o mistério da crença. Os que fizeram as adulterações sabiam que era tudo falso e, apesar disso, estavam lutando por isso, preparados até para morrer pela causa. Isso não é algo "daqueles japoneses primitivos". O Japão é para mim um caso extremamente interessante de como um país foi profundamente modernizado e como a modernização do Japão envolveu ao mesmo tempo um tipo de restauração ideológica. É um exemplo muito bom do autoritarismo moderno, muito melhor do que qualquer país da Europa.

FILOSOFIA - O que você faria se fosse convidado a escrever um romance?

Zizek - Eu fui tentado, mas não sou um escritor bom o suficiente a escrever o que eles chamam hoje em dia de romance de detetive literário. Há um escritor norte-americano muito bom, cuja trama do livro é a de que há uma peça desconhecida de Shakespeare que incita a revolta contra a rainha Elisabeth e até hoje pessoas são mortas por causa dela. Em A visão em paralaxe incluí uma notícia completamente maluca na qual um homem dizia que Walter Benjamin não havia se suicidado, mas tinha sido morto porque a polícia stalinista havia descoberto que ele tinha transformado sua tese de história em uma ampla crítica ao stalinismo. Eles queriam impedir sua publicação, então tiveram que matar Benjamin. Minha ideia seria: e se Hegel não tivesse morrido relativamente cedo, com 50 ou 60 anos, e um agente descobrisse que o velho Hegel tivesse escrito "talvez não precisemos da revolução francesa..." etc. Eu escreveria uma série de suspenses históricos protagonizados por filósofos. Uma outra ideia é reescrever o universo de Guerra nas estrelas, mas por uma releitura maoísta. E se os jedis fossem, na verdade, reacionários feudais e o imperador, um progressista tentando estabelecer um estado mais igualitário e justo? Você consegue imaginar isso? Anakin Skywalker um político burguês progressista?

BRUNO TRIPODE BARTAQUINI é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista FILOSOFIA, Junho de 2013.**

Gays e heterossexuais incuráveis (DRAUZIO VARELLA)

Apesar dos anos vividos, ainda me surpreendo com a estupidez humana. Os crentes dizem que Deus houve por bem limitar-nos a inteligência, para impedir que bisbilhotássemos seus domínios. Se assim agiu, pena não lhe ter ocorrido impor limites para a burrice dos seres que criou à sua imagem e semelhança.

Um grupo de deputados reunidos na Comissão de Direitos Humanos, presidida por um evangélico sem nenhuma aparência de homem fervoroso, aprovou o projeto conhecido como "cura gay", que assegura aos psicólogos o direito de aplicar métodos de tratamento destinados a transformar homo em heterossexuais, e de apregoar aos incautos a cura da homossexualidade, práticas condenadas pelo Conselho Federal de Psicologia e por todas as pessoas com um mínimo de discernimento.

Em todos os povos conhecidos, uma parcela de indivíduos em alguma fase da vida experimentou orgasmo por meio da estimulação dos genitais realizada por uma pessoa do mesmo sexo. A incidência da homossexualidade varia de acordo com o grupo social. Um estudo clássico dos anos 1950 mostrou que em cerca de 60% das populações pesquisadas o comportamento homossexual é aceito sem restrições. Na África, entre os povos Siwan, e no sudoeste do Pacífico, entre os melanésios, virtualmente todos os homens praticaram sexo com outros homens em algum estágio da vida.

As 40% restantes vivem em países nos quais a homossexualidade é objeto de tabu social. As nações industrializadas se enquadram nesse grupo minoritário. Embora os dados nem sempre confirmem com exatidão, a homossexualidade masculina parece ser duas a três vezes mais prevalente do que a feminina, em todas as sociedades até hoje avaliadas. A maioria esmagadora dos indivíduos que experimentam orgasmos com pessoas do mesmo sexo são bissexuais. No Ocidente, homossexualidade pura, caracterizada pela ausência de práticas sexuais com o sexo oposto durante a vida inteira, ocorre em apenas 1% da população.

Comportamento homossexual tem sido descrito em répteis, pássaros e mamíferos, animais que na evolução divergiram há mais de 100 milhões de anos. Uma parte dos machos e fêmeas de todas as espécies de aves estudadas têm relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo. Em muitas ocasiões, essas práticas terminam em orgasmo de apenas um ou dois dos parceiros. Nos mamíferos, a maioria das relações homossexuais entre as fêmeas acontece quando uma parceira monta sobre a outra, comportamento já documentado em pelo menos 70 espécies: ratos, hamsters, coelhos, martas, gado, carneiros, cavalos, antílopes, porcos, macacos, chimpanzés, bonobos, leões etc.

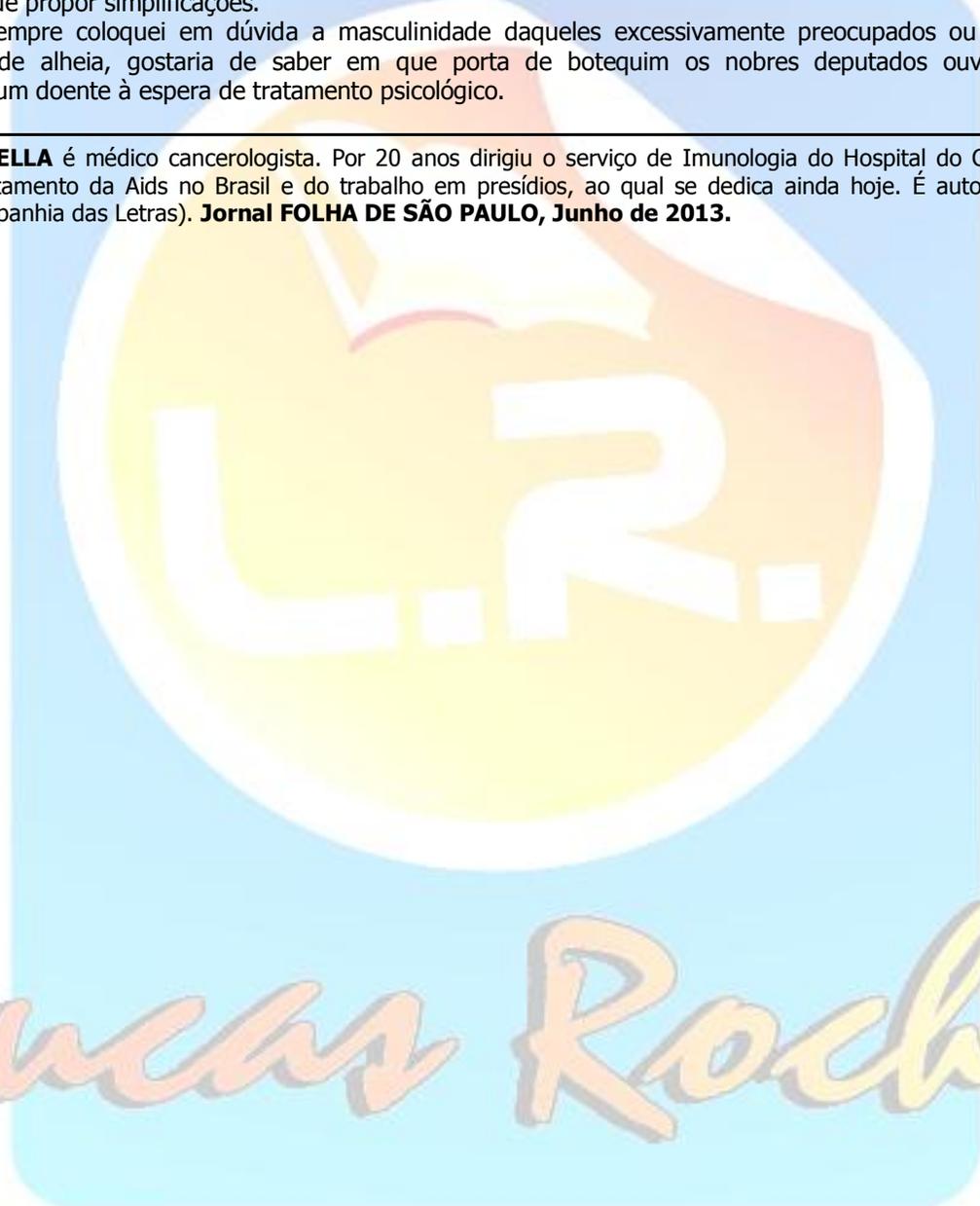
Há mais de um século e meio, Charles Darwin nos ensinou que uma característica presente em diversas espécies distintas indica que foi herdada de um ancestral comum, portador do mesmo traço. Podemos garantir que o ancestral que deu origem aos vertebrados tinha dois globos oculares, característica herdada por todos os animais com esqueleto.

O paralelismo é óbvio, prezadíssimo leitor: se o comportamento homossexual está documentado em animais tão distintos quanto répteis, aves e mamíferos, é porque a homossexualidade é mais antiga do que a humanidade. Certamente, já existiam hominídeos homo e bissexuais 5 a 7 milhões de anos atrás, quando nossos ancestrais resolveram descer das árvores nas savanas da África. Está coberta de razão a sabedoria popular ao dizer que a homossexualidade é mais velha do que andar a pé.

Sempre houve e haverá mulheres e homens que desejam pessoas do mesmo sexo, porque essa é uma característica inerente à condição humana. Com persistência e determinação, eles podem controlar o comportamento sexual, mas o desejo não. O desejo é uma força da natureza mais íntima de cada um de nós; é água que corre montanha abaixo. Os fatores genéticos e as interações sociais envolvidas no comportamento sexual são de tal complexidade que só a ignorância crassa é capaz de propor simplificações.

Eu, que sempre coloquei em dúvida a masculinidade daqueles excessivamente preocupados ou ofendidos com a homossexualidade alheia, gostaria de saber em que porta de botequim os nobres deputados ouviram falar que o homossexual é um doente à espera de tratamento psicológico.

DRAUZIO VARELLA é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro "Estação Carandiru" (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**



Lucas Rocha